

Novos planos para o ensino básico

Mais uma vez, o presidente Fernando Henrique Cardoso exibiu na televisão sua preocupação com o ensino brasileiro. Desta feita, é verdade, os que assistiram em estúdio à fala presidencial eram privilegiados: reunidos na Granja do Torto estavam os governadores de Estado. Em pleno sábado, as cúpulas dos Poderes Executivos nacionais falavam em Educação e, mais surpreendentemente ainda, em ensino de primeiro grau. Basta esse dado para que se empreste um certo tom de comemoração ao que foi um enfático anúncio de vontade: em futuro próximo, o governo vai enviar ao Congresso emenda constitucional, obrigando Estados e municípios a aplicar 15% de que arrecadam, seja do ICMS, seja do Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, em ensino básico.

A manifestação de vontade não é de somenos importância. O art. 212 da Constituição é claro no determinar que a União "aplicará anualmente nunca menos de 18% e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo" da receita dos impostos, até mesmo o proveniente de transferências, "na manutenção e desenvolvimento de ensino". Portanto, agora se sabe que 60% do dinheiro destinado à rubrica "ensino" no orçamento de Estados e municípios — se tudo correr como o governo Fernando Henrique pretende — passará a ter uma só destinação: a escola básica. Isso não é tudo: a União aumentará em R\$ 900 milhões seus re-

passes para o ensino básico das regiões pobres. Para se ter uma idéia do que essa quantia significa, o orçamento do MEC para este ano não atingiu R\$ 7,5 bilhões.

Com tanta verba prometida, teria chegado a hora da redenção de todos os males do ensino básico brasileiro? Com tanta verba, em quanto tempo nos teremos livrados da ingrata descoberta de que apenas 18% da nossa clientela escolar matriculada na primeira série do primeiro grau chega a concluir-lo? Será que a desagradável descoberta do segundo relatório do Sistema Brasileiro de Avaliação Básica, mostrando que todos os anos jogamos fora nada menos do que R\$ 5,3 bilhões do dinheiro destinado ao primeiro grau, com evasão e repetência, porque o dito sistema escolar é o que é, teve algum efeito? Os estudos do Banco Mundial repetem que a questão de verba está longe de ser o grande problema da educação nacional, principalmente a de primeiro grau, porque o verdadeiro problema não é de volume e sim de gestão dos recursos alocados. Se essa afirmação é verdadeira, por que se insistir em alocar recursos sem antes definir com clareza o que se fará com eles?

É verdade que o presidente da República, nesses últimos oito meses, falou de ensino bá-



sico muitas vezes, sempre garantindo que sua prioridade é o primeiro grau, e indicando o "município" como o caminho para a melhora do sistema. Com certeza nessa escolha, encontram-se mais problemas do que soluções. Insistir em que municípios aplicuem x ou y de seu dinheiro em ensino, indiscriminadamente, dará melhor qualidade ao sistema? Por quê? No item do orçamento municipal estão tanto os salários dos professores quanto os gastos com reformas das escolas, sem esquecer também, às vezes, o pagamento da burocracia municipal. Vale perguntar curiosa: quantas primeiras-damas de nossos municípios não são secretárias de Educação? A rubrica ensino paga a festa!

Será que, quando se fala só em dinheiro, não se estão assanhando estranhos apetites? Em setembro de 1994, o Ipea apontou falhas gritantes na chamada opção municipal da educação brasileira, mostrando que a ausência de definições claras de objetivos "indicavam uma situação de irresponsabilidade coletiva no tratado da educação", principalmente porque os municípios preferiam sempre atribuir a culpa dos problemas educacionais aos "fatores externos" — desde a migração, a crise econômica, a sempre mencionada falta de recursos e,

pasme o leitor, os alunos! Esse último culpado para parcela considerável de responsáveis pela educação municipal era considerado o causador da ineficiência do sistema, pois "não é bem alimentado, não tem saúde, repele e abandona a escola". Para essa curiosa visão de educação estará sendo destinada uma montanha de recursos públicos.

De tudo, resta uma dúvida: um governo que não consegue fazer aprovar no Congresso a nova composição e as novas atribuições dos conselheiros do futuro Conselho Nacional de Educação, nem estabelecer o sistema de avaliação escolar que prometeu (seja em que nível de escolaridade for),

O projeto do governo para o ensino básico é vago quanto às metas e avaliação dos resultados

pretende entregar à mancheia recursos públicos para todo prefeito escolher suas "prioridades" — com a única ressalva de que tudo seja destinado ao ensino de primeiro grau, é claro. Tudo só não é pior porque a experiência tem ensinado que o tempo passa, e de novo mesmo é só o próximo show de marketing com tema educacional — isso depois daquele sobre as 35 mil televisões em salas de aula, que alguns considerarão verba gasta com "ensino básico". Até quando?